COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº. _____/2018

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
sobre o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 282/2017,
que dispõe sobre a criação da cédula de identidade
funcional dos servidores da guarda municipal de
Recife; pela REJEIÇÃO.

RELATÓRIO

A **Comissão de Finanças e Orçamento**, nos termos do art. 114 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, recebeu para análise e emissão de parecer o **Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 282/2017**, de autoria do Vereador Rinaldo Júnior, tendo sido designado relator o Vereador Alcides Teixeira Neto.

O projeto institui a Cédula de Identidade Funcional destinada aos servidores ativos e inativos da Guarda Municipal do Recife com validade indeterminada. Determina, ainda, que a Cédula de Identidade Funcional da Guarda Municipal seja confeccionada em impresso específico, obedecendo às características e o modelo constante nos Anexos I e II do projeto sob análise.

Quando em pauta, nos termos regimentais, a proposta recebeu as emendas nº 01/17 (substitutiva) e nº 02/17 (modificativa).

ANÁLISE

Foi solicitado pela relatoria parecer técnico da Procuradoria da Câmara sobre o projeto de lei em tela. Desta forma, esta análise foi elaborada com base no Parecer nº 93/2017, da Procuradoria.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Constituição Federal atribui a todos os entes federativos a competência de legislar sobre assuntos de interesse local, de acordo com o art. 30, inciso I¹.

A Procuradoria entendeu que a criação de carteira de identidade funcional para os servidores públicos que integram ou subordinam-se ao Poder Executivo insere-se no âmbito da normatização dos direitos e deveres dos mesmos.

Nesse diapasão, relevante esclarecer que a Guarda Civil Municipal do Recife – GCMR integra o quadro do funcionalismo público municipal lato sensu, enquadrando-se na categoria dos servidores públicos. Ademais, **de acordo com a Lei n.º 13.022, de 8 de agosto de 2014, a Guarda Municipal é diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo Municipal**², consoante se extrai da leitura do Parágrafo Único de seu art.6º:

Art.6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

Parágrafo único. A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

No art. 27 , III, da Lei Orgânica do Recife, compete previamente ao Chefe do Poder Executivo, no âmbito desse Poder, a iniciativa dos projetos de leis que tratem sobre os servidores públicos.

Por se tratar de uma matéria de iniciativa legislativa do Poder Executivo, cabe ao Prefeito apresentar projeto de lei que vise a criação de carteiras de identidades funcionais para os servidores públicos que lhe estão subordinados, caso entenda conveniente e oportuno a concessão de tal direito.

Dessa forma, a deflagração do processo legislativo para dispor sobre direitos dos servidores públicos da Guarda Municipal do Recife deverá ser de iniciativa do Prefeito, incluindo-se a criação e concessão de cédula de identidade funcional a essa classe de servidores- caso entenda conveniente e oportuno a sua instituição-, pois ao Chefe do Poder Executivo compete a organização de seu quadro de servidores, sobretudo daqueles que lhe estão diretamente subordinados.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Dessa forma, entendemos que propositura sob análise é de grande relevância , mas padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, uma vez que , além de disciplinar matéria atinente aos servidores públicos, adentra na própria organização da Administração Pública Municipal, matérias cuja iniciativa são constitucionalmente reservadas ao Chefe do Poder Executivo.

DO VOTO

Conforme o exposto, apesar de reconhecer a nobre iniciativa do colega, votamos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 282/2017, de autoria do Vereador Rinaldo Junior, bem como das emendas nº 01/17 (Substitutiva) e nº 02/17 (modificativa), ambas de autoria do vereador Ricardo Cruz.

É o parecer.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

Do exposto, opina a **Comissão de Finanças e Orçamento** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 282/2017, de autoria do Vereador Rinaldo Junior, bem como das emendas nº 01/17 (Substitutiva) e nº 02/17 (modificativa), ambas de autoria do vereador Ricardo Cruz.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 26 de março de 2018.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ERIBERTO RAFAEL

Presidente

RINALDO JÚNIOR

Vice-Presidente

ALCIDES TEIXEIRA NETO

Membro Efetivo/Relator

AMARO CIPRIANO

Membro Efetivo

AIMÉE CARVALHO

Membro Efetivo

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

AERTO LUNA

Membro Suplente

RENATO ANTUNES

Membro Suplente

RICARDO CRUZ

Membro Suplente